

**EXMO. SR.
VEREADOR THIAGO ALMEIDA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LIMA**

O vereador que este subscreve vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência apresentar o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 2654 /2025

**RECONHECE O OFÍCIO DAS
TRANCISTAS — PESSOAS QUE
REALIZAM TRANÇAS EM CABELOS
AFRO — COMO PATRIMÔNIO CULTURAL
IMATERIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA
LIMA, ESTABELECE O DIA DA
TRANCISTA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**


Art. 1º Fica reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Nova Lima o ofício das trancistas, compreendido como o conjunto de saberes, técnicas, práticas e expressões culturais associados à arte de trançar cabelos afro-brasileiros e suas variações estéticas, históricas e simbólicas.

Art. 2º Fica instituído o Dia Municipal da Trancista, a ser comemorado anualmente no dia 6 de junho, com o objetivo de valorizar e reconhecer a importância da profissão de trancista e a cultura que a envolve.

Art. 3º Para os fins desta Lei, entende-se como trancista toda pessoa que, de forma artesanal e tradicional, desenvolve técnicas de trançar, entrelaçar e estilizar cabelos afro, preservando e difundindo práticas culturais de matriz africana e afro-brasileira.

Art. 4º O reconhecimento previsto nesta Lei tem por objetivos:

- I – valorizar a herança cultural afro-brasileira presente em Nova Lima;
- II – promover a autoestima e o empoderamento de mulheres negras e comunidades afro-descendentes;
- III – estimular a transmissão de saberes intergeracionais e a preservação de técnicas tradicionais;
- IV – incentivar a formalização, qualificação e o empreendedorismo das profissionais trancistas;
- V – incluir o ofício das trancistas no Inventário Municipal de Bens Culturais de Natureza Imaterial;
- VI – estimular ações de salvaguarda, registro, capacitação e fomento à economia criativa afro-brasileira.



Art. 5º O Dia Municipal da Trancista será comemorado com atividades e eventos que promovam a valorização da profissão, a divulgação da cultura e a conscientização sobre a importância da trancista na sociedade.

Art. 6º O Poder Executivo poderá, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, em articulação com a Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial ou órgão equivalente e demais órgãos correlatos:

- I – promover o levantamento e cadastramento das trancistas atuantes no município;
- II – elaborar estudos e relatórios técnicos para possível inclusão do ofício no Inventário Municipal de Bens Imateriais;
- III – desenvolver políticas e ações voltadas à salvaguarda, valorização e difusão do ofício das trancistas;
- IV – apoiar a realização de feiras, oficinas, mostras e exposições sobre a arte das tranças afro;
- V – apoiar a formação e certificação profissional das trancistas, em parceria com instituições educacionais, culturais e comunitárias;
- VI – promover campanhas educativas sobre diversidade estética e respeito às tradições afro-brasileiras.

Art. 7º O Poder Executivo fica autorizado, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a promover ações que visem apoiar a comercialização dos produtos e serviços das trancistas, podendo incluir, entre outras medidas, a criação de selo de qualidade e autenticidade, com requisitos a serem definidos em regulamento específico.

Art. 8º O Poder Executivo poderá firmar convênios, termos de colaboração ou parcerias com universidades, entidades culturais, associações de mulheres negras, coletivos de estética afro e instituições do Sistema S, para o desenvolvimento de projetos voltados à salvaguarda do ofício das trancistas.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 10 O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Lima, 26 de novembro de 2025.



Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro
Vereador

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa reconhecer como Patrimônio Cultural Imaterial de Nova Lima o ofício das trancistas, que expressa saberes ancestrais de origem africana, perpetuados por gerações de mulheres negras e afro-descendentes.

No dia 6 de junho de 1950 nasceu a cabeleireira-trançadeira Idalice Moreira Bastos, cuja trajetória simboliza a força e a continuidade dessa tradição no Brasil, deixando como legado a valorização da estética negra aliada a uma prática solidária de formação profissional e fortalecimento da autoestima de mulheres e jovens em situação de vulnerabilidade, transformando o ato de trançar cabelos em ferramenta de consciência racial, geração de renda e inclusão social.

Em junho de 2025 o Ministério do Trabalho e Emprego reconheceu oficialmente a atividade de trançar cabelos, agora incluída na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) sob o código 5199-45.

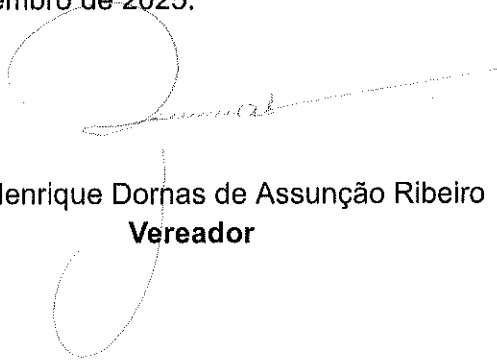
Trançar cabelos vai muito além de um ato estético: é um gesto de identidade, resistência, espiritualidade e afirmação cultural. As tranças comunicam pertencimento, status social, fases da vida e pertencem a um universo simbólico que foi, por séculos, invisibilizado ou marginalizado no Brasil. A trancista é uma conselheira, uma mãe, uma avó, uma líder comunitária, que põe as mãos nas cabeças das pessoas e transmite energia positiva, amor e proteção.

Reconhecer o ofício e o Dia Municipal da Trancista é reparar simbolicamente uma parte fundamental da cultura afro-brasileira, historicamente apagada dos espaços de reconhecimento institucional. É também um passo concreto na promoção da igualdade racial, na valorização da estética negra e no fortalecimento da economia criativa e do empreendedorismo feminino em Nova Lima.

No contexto local, Nova Lima abriga uma expressiva comunidade afro-descendente, com tradições vivas que dialogam com a cultura afro-mineira — das congadas e irmandades religiosas às práticas de estética e resistência cultural. O reconhecimento deste ofício insere-se, portanto, em uma política mais ampla de valorização da memória negra e das identidades plurais do município.

Por tudo isso, trata-se de uma iniciativa legítima, juridicamente viável e socialmente necessária, que alinha Nova Lima às políticas contemporâneas de diversidade cultural, reparação histórica e promoção da igualdade racial.

Nova Lima, 26 de novembro de 2025.



Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro
Vereador

